

#ESTUDOEMCASA

BLOCO Nº51

DISCIPLINA História B e Área de Integração

ANO(S) 10ºano

APRENDIZAGENS ESSENCIAIS

História B
B- Identificar e aplicar conceitos: imperialismo; colonialismo; nacionalismo.

Título/Tema(s) do Bloco

Apogeu e declínio da influência europeia.

Doc.1

DOC 1 A DÍVIDA PÚBLICA EM PORTUGAL (1851-1890)

1851-1852	1764
1867-1868	7500
Cerca de 1890	20 000

Manuel Villaverde Cabral, *O Desenvolvimento do capitalismo em Portugal no Século XIX, A Regra do Jogo*, Porto, 1976.

DOC 2 CRÍTICA ÀS SOLUÇÕES DO GOVERNO FACE AO DESIQUILÍBRIO DAS FINANÇAS (1872)

Lutavam as finanças com um défice ameaçador!
Os regeneradores [chamados] pelas camarilhas aos conselhos do governo, os pedantes ousaram aventurar a seguinte proposição:

– Vamos restabelecer o equilíbrio orçamental!

Esperavam todos, profundas reformas, largas economias, sábias leis!

Nada disso veio porém!

Os curandeiros apenas receitaram para combater o mal das finanças moribundas, a única panaceia conhecida pela sua ciência – as contribuições.

Decretaram o aumento das contribuições pessoal, industrial e predial!

Decretaram contribuições novas e o aumento das existentes!

Errata: onde se lê Desquilíbrio,

ler Desequilíbrio

Decretaram o imposto do consumo!

Mas ao chegarem à execução das suas medidas salvadoras, param ante o gigante da opinião, assusta-os o colosso do povo, estremece ao ouvir ranger os dentes irados do leão popular, e fogem espavoridos, temendo aplicar à pátria, o remédio salvador que devia restabelecer-lhes as finanças, matar-lhe o *deficit*, assegurar-lhe o crédito, numa palavra, restabelecer o equilíbrio orçamental. [...].

Que é feito da nova contribuição sumptuária?^[sobre os produtos de luxo]

Que fizestes do votado aumento sobre a contribuição industrial?

Onde está o regulamento do imposto de consumo?

Boas ou más, as propostas dos ministros, aprovadas pelas Cortes e sancionadas pelo chefe de Estado, são leis do País, segundo a carta.

Porque não as executais? [...].

Porque não as executais? [...].

É o Governo justificando a resistência dos povos e lavrando a sua própria condenação! Este espectáculo é revoltante!

A Lanterna, 15 de junho de 1872.

DOC 3 REMÉDIO PARA A CRISE FINANCEIRA (1891)

Estamos precisamente a braços com uma crise financeira em Portugal em que se envolve uma lição tremenda. Quando um país como Portugal importa anualmente 40 000 contos de mercadorias e não exporta mais do que 20 000, é evidente que, ainda sem a intervenção de outras dissipações, ele é sucessivamente empobrecido na razão de 20 000 contos em cada ano, verba de uma despesa que não cobre com receita equivalente. Todos os expedientes de crédito destinados a mascarar esta situação têm fatalmente um limite e o resultado final em todos os países que vivem em semelhante regime é que chega forçosamente um dia em que o dinheiro acaba. Para este mal que é – sem ilusões – o princípio de morte para uma nação, não há senão um único remédio eficaz de natureza definitiva e radical, tanto para as sociedades como para os indivíduos. Esse remédio consiste em gastar tanto menos e em ganhar tanto mais quanto seja preciso para o equilíbrio da receita e da despesa. [...]

Ramalho Ortigão, *A Fábrica das Caldas da Rainha*,
Tipografia Ocidental, Porto, 1891, pp. 19-20.

- 1. Indique** três dos motivos que explicam a evolução dos dados apresentados no quadro do documento 1, no período referido.

2. Dos itens seguintes, **escolha** as opções que completam cada frase enunciada, a partir das informações dos documentos 1 a 3 e dos seus conhecimentos.

A. A aposta dos governos da Regeneração no desenvolvimento e nos melhoramentos materiais tinha sido possível porque...

1. havia muitos capitais disponíveis nos bancos portugueses graças ao tesouro régio.
2. havia consenso político sobre o programa de modernização e obras de fomento.
3. havia um ambiente favorável do mercado internacional de capitais para financiar o investimento.
4. havia uma balança comercial favorável a Portugal que compensava os investimentos.
5. havia o aumento das remessas dos emigrantes portugueses no Brasil.

B. O problema do défice financeiro que aumentou continuamente era uma preocupação para os governos do período da Regeneração porque...

1. as despesas não ultrapassavam as receitas, pois havia muitas remessas dos emigrantes.
2. as necessidades de capital eram totalmente satisfeitas pelos capitalistas e bancos portugueses.
3. os financiamentos no estrangeiro eram difíceis com altos juros e não conseguiam pagar o capital.
4. as receitas dos impostos, das alfândegas e dos contratos monopolistas não cobriam os défices sucessivos.
5. o programa de modernização e de melhoramentos exigia grandes investimentos de capital.

C. Os governos procuraram diminuir o défice adotando diversas estratégias, tais como...

1. negociando com os banqueiros para obterem financiamento em troca de contratos monopolistas.
2. diminuindo a despesa e os gastos excessivos com a corte e as despesas dos deputados.
3. cancelando os investimentos nas obras e adiando os programas de obras públicas.
4. aumentando os impostos do consumo, industrial e predial e estabelecendo contribuições novas.
5. aliviando a carga fiscal sobre a população e taxando as grandes fortunas capitalistas.

D. A opinião pública esperava soluções duradouras para o problema do défice que, segundo o autor do documento 3, passavam por...

1. gastar menos e ganhar mais.
2. não pagar as dívidas pois os juros não eram justos.
3. equilibrar a receita e a despesa diminuindo as importações.
4. aumentar os impostos sobre as grandes fortunas e acabar com as importações.
5. importar menos e exportar mais pois a despesa não era coberta com receita equivalente.

E. A crise e o agravamento do défice público acentuou-se desde 1888 por motivos internos e externos...

1. a queda das exportações de vinhos foi acentuada devido às doenças da vinha.
2. as receitas fiscais assentavam em monopólios, com benefícios vantajosos para o Estado.
3. a moeda portuguesa era forte e garantia estabilidade monetária.
4. a partir de 1889, a crise política no Brasil afetou as remessas dos emigrantes.
5. a crise do banco inglês *Baring Brothers*, principal financiador do Estado português, agravou a credibilidade.

(Ficha retirada do manual *Linhas da História 11*, Areal Editores, p.164.165)